



TÉCNICAS UTILIZADAS POR PROFESSORES EM SALA DE AULA COM ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

Chaiane Csala¹, Andrieli Bianca Rodrigues Camilo²

1. Estudante curso de Psicologia; e-mail: ccsala10@gmail.com;
2. Professora da Universidade de Mogi das Cruzes; e-mail: andrielicamilo@umc.br.

Área de conhecimento: Psicologia Social

Palavras-chave: Transtorno do espectro autista, Técnicas do professor, Escola.

INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista - TEA é um transtorno do neurodesenvolvimento, classificado pela tríade de defasagens na comunicação, desenvolvimento social recíproca e padrões de repetição em comportamentos ou atividades (APA, 2014). Dada a importância da educação, a escola deve ser um ambiente que possibilite troca de experiências, sendo palco de interação, aberta a todos. Sendo assim, a didática pedagógica tem seu valor significativo na construção do conhecimento capaz de transformar consideravelmente as dificuldades em que o aluno pode vir a ter, em entendimento (BRZEZINSKI, 1996). A ampliação do conhecimento e artigos relacionados ao Transtorno do Espectro Autista – TEA são evidências da importância de compreender e intervir no processo de aprendizagem, porém são escassos quando voltado ao professor e suas táticas, assim como a didática desenvolvida por ele a fim de proporcionar um ensino-aprendizagem adequado ao discente autista.

OBJETIVOS

Analisar a produção científica sobre as técnicas pedagógicas utilizadas por professores no processo de aprendizagem de crianças com TEA.

METODOLOGIA

Utilizou-se a revisão sistemática de literatura para análise dos artigos, identificados nas bibliotecas virtuais *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). A seleção das produções literárias foi de cunho exploratório, tendo como critério de inclusão os artigos completos, em português, produzidos nos últimos dez anos, como critério de exclusão

trabalhos que apresentarem outros formatos como resumo, anais de congresso, capítulo de livros, entre outros, e que não abordassem a temática do autismo no contexto escolar.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A busca nas bases de dados SciELO, BVS e LILACS para o levantamento de artigos sobre o tema, com os descritores “transtorno do espectro autista” AND “escola” (70 artigos), “transtorno do espectro autista” AND professores (30 artigos). Após a seleção, a pesquisadora realizou a leitura dos artigos na íntegra, aplicando os critérios de exclusão, sendo selecionados 9 (nove) artigos. Ao investigar o ano em que ocorreram o maior número de publicações, observa-se, que a maior concentração ocorreu no ano de 2020. A este aumento de pesquisas relacionadas ao Transtorno do Espectro Autista, Almeida e Neves (2020) apontam que o grande volume de pesquisas se deve pela frequência e crescimento de dados epidemiológicos medidos sobre esta população, bem como maiores estudos biológicos e sociais que vieram se modificando e se desmistificando ao longo do tempo. No Brasil, foi sancionada a Lei N° 13.861/19 de 18 de julho de 2019 da qual se torna obrigatório ter perguntas sobre autismo no novo censo demográfico, sendo possível, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mapear a população autista no país (AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS, 2019). Com relação ao gênero dos pesquisados, a predominância é do gênero feminino (75%) em discordância com o apontado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (2021) aponta que no meio científico, a dominância de pesquisadores até hoje é de homens. Por este motivo, em forma de incentivar as mulheres a fazerem mais parte da ciência, e declarar que a ciência é única e não possui desigualdade de gênero, em 2015 a Organização das Nações Unidas (ONU) elegeu o dia 11 de fevereiro como o Dia Internacional das Mulheres e Meninas na Ciência, fazendo a comunidade científica lembrar-se que todos devem estar lado a lado (UNESCO, 2021). Uma significativa explicação para a crescente de pesquisas na Psicologia, está atrelada a abordagem da Análise do Comportamento Aplicada, fundamentada no Behaviorismo Radical de Burrhus F. Skinner (SANTOS, 2019). Sella e Ribeiro (2018) descrevem a Análise do Comportamento Aplicada como dois possíveis campos: prática que corresponde aos serviços de um analista do comportamento e a disciplina que embasa uma filosofia, sendo ela de uma ramificação estruturada de controle experimental, aplicada as diversas variações comportamentais do sujeito. Das pesquisas encontradas, 4 (quatro) citam a Análise do Comportamento como ferramenta que pode auxiliar o professor em sala de aula, assim como defende Martins e Monteiro (2017) que a abordagem nunca tentou explicar o autismo, porém se inclinou a proporcionar distintas formas de intervenção no comportamento base do indivíduo, bem como os estudiosos compreenderam que deveriam analisar as crianças em seu ambiente natural,

não em laboratórios, pois assim poderiam auxiliar de forma natural na instalação, manutenção e generalização de comportamentos funcionais. Para o ambiente escolar, é necessário que a criança desenvolva habilidades acadêmicas, sociais e relação com os pares e Silva, Arantes e Elias (2020) apontam que se há lacunas nestas habilidades, pode-se acarretar problemas de comportamento, porém, se for estimulado no aluno estas barreiras, pode-se sim melhorar seu desempenho escolar, relação com os pares e motivar o estudante no processo de ensino aprendizagem. O destaque nas publicações foi de pesquisadores com doutorado e alunos graduandos, representando juntos 68,96% da amostra, indicando a parceria na realização de projetos de pesquisa. A avaliação da pós-graduação stricto sensu no Brasil, considera a produção docente como indicador de qualidade dos programas, sendo a inserção de doutores na graduação um importante aspecto para ao desenvolvimento da pesquisa no país. (MEC, 2014). Com relação ao tipo de pesquisa realizada, observou-se uma disparidade entre as pesquisas teóricas e aplicadas, sendo as aplicadas 77,7% dos artigos analisados. Das pesquisas teóricas, uma está relacionada ao levantamento de pesquisas de teses e dissertações sobre TEA na educação, e a outra entrelaçou os conhecimentos da psicologia com a medicalização na escola, introduzindo a área farmacológica. Os outros artigos, estão relacionados a pesquisas de campo, descrita por Gil (2002) como pesquisa descritiva, que tem o objetivo de descrever uma característica específica da população estudada e/ ou suas variáveis, o levantamento de dados pode ocorrer por meio de questionários ou observações sistemáticas. Quatro publicações, fizeram entrevistas diretas com um questionário (semi) estruturado e questionário sociodemográfico, três deles são com professores, boa parte da rede pública de ensino lecionando para o ensino fundamental. Dois artigos, estão relacionados a observações sistemáticas, uma em vídeo e outra na escola. Apenas uma publicação englobou o tema familiar, descrevendo a importância da família na inclusão escolar. No artigo 3º da Lei Nº12.764 de 27 de dezembro de 2012, em seu inciso quatro, alínea (a) é assegurado ao indivíduo inserido no espectro autista o acesso à educação e ao ensino profissionalizante (BRASIL, 2012). Nos últimos anos, a inclusão escolar teve o objetivo de inserir o indivíduo com TEA em período de aprendizagem em uma sala de ensino regular, com o anseio de que a criança possa se sentir incluída sem preconceitos no ambiente escolar padrão (SILVA, NUNES, SOBRAL, 2019). Grossi (2020) aponta que as leis foram a motivação para que houvesse mais matrículas nas escolas regulares de ensino, mas que isso não é sinônimo de inclusão, pois inclusão é quando o aluno aprende e permanece na escola, bem como a equipe pedagógica percebe suas dificuldades e cria metas para intervir e promover o conhecimento do discente. Silva, Nunes e Sobral (2019) destacam em seu artigo o trabalho do professor, sendo ele fundamental para a aprendizagem de seus alunos especiais, sendo o professor um incentivador para que o aluno realize as atividades de forma motivada e

prazerosa e as autoras ainda apontam a necessidade de a equipe pedagógica trabalhar junto, para a inclusão do aluno no meio social. Em meio a motivação, inclusão e dificuldades encontradas pelo professor citadas anteriormente, foi possível sondar em quatro artigos que fizeram entrevistas com o professor, o discurso defendido é sobre a falta de conhecimento de como abordar o aluno autista, bem como o despreparo para criar atividades diferenciadas, o que acaba levando a atividades infantilizadas, e a falta de comunicação (SCHMIDT *et al.*, 2016). A inclusão implica em conhecer e construir vínculos, além de entender a relação estabelecida entre pares, mas a prática pedagógica atrelada a falta de conhecimento sobre as características específicas do aluno, o exclui do todo (WEIZENMANN; PEZZI; ZANON, 2020), assim como afirmam ainda os autores, para o professor desempenhar sua função com qualidade é requerido experiência técnica e pessoal para que o educador possa desenvolver um planejamento diferenciado, partindo do ponto do qual ele conhece esse aluno e possui um vínculo estabelecido para intervir de forma agradável e confortável com o educando (WEIZENMANN; PEZZI; ZANON, 2020). Os alunos dentro do espectro autista requerem adaptações dentro do sistema de ensino tradicional, dos quais implicam ao professor desafios e a superação de barreiras, porém o papel do professor é o desenvolvimento das habilidades sociais, comunicativas e acadêmicas que são bloqueados mediante as características do aluno dentro do espectro autista, como a recusa de fazer atividades, dificuldade em seguir rotinas e regras, a função e causa das estereotípias, agressividade, o atrito de comunicação do aluno e com o aluno, assim como a falta de recursos e apoio do ambiente escolar (CAMARGO *et al.*, 2020). Diante das dificuldades encontradas pelos professores, pesquisas como a de Benitez *et al.* (2017) propõe uma adaptação curricular e permanência afetiva do aluno, assim como o processo de autonomia e de atividades que englobem sua vida diariamente, e os autores levantam a necessidade de repensar a formação dos educadores e gestores, não somente sobre a inclusão, mas sim como executá-la e elaborá-la em sala de aula. Schmidt *et al.* (2016) citam a teoria social cognitiva de Bandura, sobre autoeficácia, que segundo os autores é denominado pela crença de capacidade do indivíduo em fazer algo específico. Os autores utilizam esta teoria para esboçar os sentimentos dos docentes nos distintos pilares trazidos por Bandura, que são atravessados sobre suas experiências vividas, formação inicial do docente, difícil interação com outros profissionais e o estado afetivo diante das crianças com TEA (SCHMIDT *et al.*, 2016). Pensando nisso, estratégias devem ser adotadas a ponto de se preocupar com o ensino, mas além disso, sua intenção, sendo utilizado diferentes recursos e formas de aplicação do conteúdo, sendo ele igual para os demais alunos (CAMARGO *et al.* 2020), assim como oferecer atendimento educacional especializado (AEE) e promover condições para a interação e participação do autista em aula (BENITEZ *et al.*, 2017). Won (2019) aponta no seu estudo, uma dissertação do qual o autor

utilizou o Plano Educacional Individualizado (PEI) como ferramenta de colaboração e pode-se concluir que o compartilhamento de informações, objetivou na melhora do planejamento e objetivos pedagógicos. Bem como Cabral, Falcke e Marin (2021) defendem a importância da interação da família no ambiente escolar, propondo estratégias de proatividade e intervenção que envolvam a família e a comunidade em que a criança está inserida, pois é difícil a compreensão de ambos os lados para um suporte adequado, sendo assim uma relação unilateral de cobranças, mas quando a rede escolar e familiar buscam compreender as características únicas daquele indivíduo, através das vivências familiares e questões específicas pedagógicas é possível promover uma relação horizontal e inclusiva no ambiente escolar, tendo a equipe pedagógica e a família como agentes colaborativos e de transformação no aprendizado do educando TEA.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão de alunos autistas em escolas públicas, ainda que seja uma lei devidamente implementada no país, possui atualmente muitas barreiras a serem quebradas. Assuntos sobre a necessidade da inclusão e como incluir o aluno autista demonstra estar saturado no meio educacional, mas é necessário ir além da conscientização, e efetivamente buscar formas de instrumentalizar os educadores e gestores mediante a crescente demanda na unidade de ensino. A educação deve promover-se dentro do seu âmbito educacional, porém atentar-se a necessidade da utilização de um olhar social, bem como um ser atravessado por emoções e sentimentos, concomitantemente utilizar distintas ferramentas, como a base teórica da Análise do Comportamento, que vem contribuindo de forma significativa na ciência para compreender mais o transtorno e suas singulares características. É incongruente alocar a culpa somente no ambiente escolar, pois o apoio familiar e medicamentoso também contribui para a evolução da aprendizagem do discente. Mediante ao exposto, é possível promover uma estrutura de inclusão, mas mais que isso, pensar na promoção de educação como um meio de aprendizagem e via de mão dupla.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M.L. NEVES, A.S. A população diagnóstica do autismo: uma falsa epidemia? **Psicologia: Ciência e Profissão**, Minas Gerais, v. 40, p. 1-12, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/WY8Zj3BbWsqJCz6GvqGFbCR/?lang=pt#:~:text=Foram%20realizadas%20pesquisas%20em%20bases,quest%C3%A3o%20sobre%20essa%20poss%C3%ADvel%20epidemi>. Acesso em: 08 jul. 2022.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. Manual Diagnostico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5). Porto Alegre: Artmed, 2014.

ANDREWS, J.G, BAROUD, T., GUTIERREZ, J., HEWITT, A., LEE, L., LOPEZ, M., MANCILLA, K.C, MCARTHUR, D., SCHWENK, Y.D, WASHINGTON, A., WILLIAMS, S., COGSWELL, M.E. Prevalência e características do transtorno do espectro do autismo entre crianças de 8 anos — **Rede de monitoramento de autismo e deficiências de desenvolvimento**, v.70, n. 11, Estados Unidos, 2021. Disponível em: <https://www.cdc.gov/mmwr/volumes/70/ss/ss7011a1.htm#suggestedcitation>. Acesso em: 02 fev. 2022.

BRZEZINSKI, I. **Pedagogia, pedagogos e formação de professores: busca e movimento**. São Paulo: Papirus, 1996.

CABRAL, C. S. FALCKE, D. MARIN, A. H. Relação família- escola- criança com transtorno do espectro autista: percepção de pais e professoras. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Bauru, v.27, p.493-508, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/STKcXJNwvxqhGk5QKh8WpLP/#:~:text=Seria%20importante%20que%20houvesse%20momentos,escolar%20como%20no%20contexto%20familiar>. Acesso em: 19 out. 2021.

CAMARGO, S. P. H. SILVA, G. L. CRESPO, R. O. OLIVEIRA, C. R. MAGALHÃES, S. L. Desafios no processo de escolarização de crianças com autismo no contexto inclusivo: diretrizes para formação continuada na perspectiva dos professores. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 36, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/6vvZKMSMczy9w5fDqfN65hd/?lang=pt>. Acesso em: 15 out. 2021.

CENTRO NACIONAL DE DEFEITOS CONGÊNITOS E DEFICIÊNCIAS DE DESENVOLVIMENTO, Novos números de prevalência de TEA mostram que as lacunas estão diminuindo, mas é necessário mais trabalho, **Centros de Controle e Prevenção de Doenças**, 2020. Disponível em: <https://www.cdc.gov/ncbddd/autism/features/new-asd-prevalence-numbers-show-gaps-are-closing.html>. Acesso em: 02 fev 2022.

MAENNER, M.J, SHAW, K.A, BAKIAN, A.V, BILDER, D.A, DURKIN, M.S, ESLER, A., FURNIER, S.M, HALLAS, L., HALL-LANDE, J., HUDSON, A., HUGHES, M.M, PATRICK, M., PIERCE,K., POYNTER, J.N, SALINAS, A., SHENOUDA, J., VEHORN, A., WARREN, Z., CONSTANTINO, J.N, DI RIENZO, M., FITZGERALD, R.T, GRZYBOWSKI, A., SPIVEY, M.H, PETTYGROVE, S., ZAHORODNY, W., ALI, A., ANDREWS, J.G, BAROUD, T., GUTIERREZ, J., HEWITT, A., LEE, L., LOPEZ, M., MANCILLA, K.C, MCARTHUR, D., SCHWENK, Y.D, WASHINGTON, A., WILLIAMS, S., COGSWELL, M.E. Prevalência e características do transtorno do espectro do autismo entre crianças de 8 anos — **Rede de monitoramento de autismo e deficiências de desenvolvimento**, v.70, n. 11, Estados Unidos, 2021. Disponível em: <https://www.cdc.gov/mmwr/volumes/70/ss/ss7011a1.htm#suggestedcitation>. Acesso em: 02 fev. 2022.

MARTINS, A.D.F. MONTEIRO, M.I.B. Alunos autistas: análise das possibilidades de interação social no contexto pedagógico, **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v.21, n. 2, p. 215-224, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/mf9cTfSb6PWz4PxYdXGBjqj/abstract/?lang=pt#:~:text=Resumo-,Resumo,Transtorno%20do%20Espectro%20do%20Autismo>. Acesso em: 14 out. 2021

SCHMIDT, C. NUNES, D. R.P. PEREIRA, D.M. OLIVEIRA, V. F. NUERNBERG, A. H. KUBASKI, C. Inclusão escolar e autismo: uma análise de percepção docente e práticas pedagógicas, **Revista Psicologia: Teoria e Prática**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 222-235, 2016. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1516-36872016000100017. Acesso em: 20 out. 2021.

SILVA, M.M., NUNES, C.A., SOBRAL, M.S.C. A Inclusão Educacional de Alunos com Autismo: Desafios e Possibilidades, **Id on Line Rev. Mult. Psic.** v.13, n. 43, p. 151-163, 2019. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/1519>. Acesso em: 9 fev. 2022.